

A formação nacional no periódico *O Philantropo*: debates sobre escravidão, imigração e a constituição do povo brasileiro (1849-1852)

The national formation in the periodical *O Philantropo*: debates on slavery, immigration and the constitution of the Brazilian people (1849-1852)

Gil Karlos Ferri

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em História Ambiental na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pesquisa e leciona História, com ênfase em estudos ítalo-brasileiros, migrações e História Ambiental.

Resumo: O presente artigo pretende analisar a atuação do periódico *O Philantropo*, publicado pela Sociedade contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização, e da Civilização dos Indígenas entre os anos de 1849 e 1852 no Rio de Janeiro. No contexto do final do tráfico negreiro em meados do século XIX, o jornal publicou discussões pelo fim do tráfico e a gradual extinção da escravidão no Brasil, sendo seus textos permeados por debates e propostas que objetivavam a imigração europeia em detrimento da suposta ineficiência do negro ao trabalho, procurando assim a formação de um povo brasileiro homogêneo, progressista e alinhado ao projeto de Nação pensado pela elite imperial. A relevância acadêmica e social em observar a constituição nacional através do pensamento racista adotado pela elite do período justifica-se, pois problematizar historicamente a questão da formação do povo é favorecer a crítica aos estigmas e preconceitos presentes na sociedade brasileira atual.

Palavras-chave: Escravidão; Imigração; Raça; Nação.

Abstract: The present article intends to analyze the performance of the periodical *O Philantropo*, published by the Society against Trafficking of Africans, and Promoter of Colonization, and the Civilization of Indigenous Peoples between the years of 1849 and 1852 in Rio de Janeiro. In the context of the end of the slave trade in the middle of the nineteenth century, the newspaper published discussions about the end of the traffic and the gradual extinction of slavery in Brazil. Its texts were permeated by debates and proposals that aimed at European immigration to the detriment of the supposed inefficiency of the Negro to the work, thus seeking the formation of a homogenous, progressive and aligned Brazilian nation with the Nation's project. The academic and social relevance in observing the national constitution through the racist thinking adopted by the elite of the period is justified, since to problematize historically the question of the formation of the people is to favor the criticism to the stigmas and prejudices present in the current Brazilian society.

Key-words: Slavery; Immigration; Breed; Nation.

Introdução

“Havia um país chamado Brasil: mas absolutamente, não havia brasileiros!”

Auguste de Saint-Hilaire, 1823
(SAINT-HILAIRE, 1974, p. 213).

Partindo da exclamação de Saint-Hilaire, viajante e naturalista francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, observamos que o século XIX comportou uma latente discussão acerca da Nação brasileira. A preocupação do governo e da elite a respeito da falta de unidade nacional, que também passava pela questão racial, gerou um intenso debate no sentido de teorizar e propor medidas pela constituição de um país civilizado e alinhado ao sistema capitalista mundial. Esta falta de homogeneidade na população, observada pelo viajante francês, foi o empecilho notado pelo Império para firmar-se enquanto Nação soberana e inserir-se no plano das “grandes nações”. Assim, esta análise da formação nacional pensada em meados do século XIX recaí na reflexão sobre as publicações do periódico *O Philantropo* (1849 – 1852), editado no contexto da proibição do tráfico de escravos. Através dos artigos que o jornal apresentou, e de um diálogo com a recente literatura do tema, este artigo tece um estudo e crítica contemporâneos acerca do viés racista adotado pelas propostas de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Desta forma, problematizando o fim do tráfico, a escravidão e a imigração, procurar-se-á refletir sobre as complicações e implicações de um imaginário racista que norteou as medidas abolicionistas e imigratórias do Império.

O contexto, a Sociedade e o periódico

No Brasil do século XIX, após a Independência, as questões relacionadas à imigração e colonização assumiram importância relacionada à substituição da mão-de-obra escrava e a formação do povo brasileiro. Neste período, o fim do tráfico negreiro ocupava o pensamento da elite intelectual, sendo que no final da década de 1840 a imprensa passou a tratar com intensidade deste debate. Periódicos como *O Monarchista*, *O Contemporâneo*, *O Correio Mercantil* e *O Grito Nacional* produziram suas críticas ao tráfico e à escravidão. Algumas publicações recebiam apoio britânico, o que vinha ao encontro do sentimento antilusitano do período. Além do mais, a elite econômica e intelectual do Brasil desejava inserir-se culturalmente e economicamente no conjunto das “Nações civilizadas”. Neste contexto, em 6 de abril de 1849 o jornal *O Philantropo* passou a ser produzido pela Sociedade contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização, e da Civilização dos Indígenas, circulando no Rio de Janeiro entre 1849 e 1852.

O objetivo do jornal, que foi publicado todas as sextas-feiras, entre 1849 e 1852, dizia respeito ao combate à escravidão e aos seus problemas, juntamente com a proposta de meios para sua gradativa extinção total. De acordo com o jornal, o fim da escravidão e a promoção do “progresso nacional” podiam ser baseados em três propostas aplicáveis, sendo elas:

1º empregar todos os meios lícitos que forem consentâneos para impedir, e acabar com o tráfico de escravos africanos; 2º promover da mesma forma a emigração e colonização de povos europeus, que,

civilizados pelo trabalho, venham compartilhar conosco as riquezas naturais com que a natureza dotou o nosso grande país; 3º promover quanto em nós estiver a civilização e colonização dos indígenas. (O PHILANTROPO, n. 76, 13 set. 1850, p. 02).

A análise da composição da Sociedade contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização, e da Civilização dos Indígenas revela em quais redes sociais seus membros estavam inseridos, favorecendo a compreensão acerca dos debates sobre a escravidão no período, e ainda, demonstrando uma corrente de pensamento de uma elite urbana com relação aos rumos do país. Diversos textos do jornal *O Philantropo*, que era o veículo de comunicação da Sociedade contra o Tráfico, imprimiram importantes argumentos que, *a posteriori*, denotam uma releitura racialista no que concerne ao pensamento pela formação da Nação e do povo brasileiro.

A Sociedade contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização, e da Civilização dos Indígenas foi fundada em 07 de setembro de 1850, tendo o periódico *O Philantropo* como meio para sua comunicação pública. Cabe destacar que na data de fundação da Sociedade recém havia sido aprovada a lei Eusébio de Queirós, assim, a Sociedade que produziu o periódico no anonimato por um ano, passou a assinar o jornal em setembro de 1850, auto-afirmando-se como defensora e observadora do cumprimento da lei que proibia o tráfico interatlântico de escravos. (KODAMA, 2008, p. 415).

A Sociedade contra o Tráfico tinha entre seus sócios nomes de destaque no cenário político do Império, assim como bacharéis, médicos, militares, religiosos e comerciantes. O caráter político da Sociedade era de cunho liberal, com muitos de seus membros opondo-se ao Governo Imperial. Assim como outras sociedades da época, também tinha sua respectiva diretoria. Seu presidente era Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite, proprietário da Chácara da Floresta, local onde ocorriam as reuniões da Sociedade. Como secretário, tinha Frederico Leopoldo César Burlamarque – então diretor do Museu Nacional e autor de Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica (1837) –, e, como tesoureiro, Manoel Maria de Moraes e Vale. Os editores Antonio José do Vale Caldre e Fião e Saturnino de Souza e Oliveira, que estiveram a frente do jornal entre 1849 e 1852, ambos médicos, aliaram as preocupações higiênicas com as reformas sociais no intuito de debater e apresentar uma nova possibilidade de “povo brasileiro” à Nação; porém, essa possibilidade de Nação foi permeada pelo desprezo aos africanos e seus descendentes. (KODAMA, 2008, p. 416-417).

Fim do tráfico, mão-de-obra e debates

As críticas produzidas ao tráfico apontavam a necessidade de um fim imediato a esta atividade que, segundo o jornal, nenhum benefício trazia à Nação. Porém, no que diz respeito ao sistema escravocrata, *O Philantropo* apresentou um pensamento menos radical, afirmando que não seria possível acabar de maneira brusca com a escravatura, sendo necessário demonstrar os males deste sistema para torná-lo odiado pela sociedade brasileira. O caráter negativo que o negro detinha no imaginário das elites foi amplamente explicitado pelo jornal, onde a população negra era encarada como degenerada e observada em termos depreciativos:

[...] uma população parasita, sem educação, imoral de costumes depravados, palavras obscenas, maneiras sórdidas, deve ter por força exercido uma influência imensa sobre a nossa Sociedade, que por força lhe tem sido nociva. Acabar brevemente com o tráfico, e ir pouco a pouco fazendo cessar escravidão, eis o meio principal de acabar com ela e de melhorarmos. (O PHILANTROPO, n. 75, 06 set. 1850, p. 02).

Em meados do século XIX, ligar o tráfico e a escravidão ao surto de doenças era usual em textos que combatiam o comércio de escravos, mesmo antes da ocorrência da grande epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro em 1850, sendo que *O Philantropo* também denunciava esta relação entre as doenças e os escravos. A população liberta e negra era tomada como imoral à sociedade, tanto escravos cativos quanto cidadãos livres, questão essa que gerou intenso debate na elite com relação aos meios de controle desta massa humana. (KODAMA, 2008, p. 420 e 424). O jornal chegou a publicar apontamentos para um plano de reemigração dos africanos e negros à África, seguindo o modelo estadunidense da época. (O PHILANTROPO, n. 80, 11 out. 1850, p. 02). Através de inúmeros artigos publicados, o jornal demonstrava participar de um debate presente no momento – a questão da raça e suas implicações para a formação do povo brasileiro e um pretendido modelo de Nação.

Com o fim do tráfico determinado pela Lei Eusébio de Queirós em 1850, a Sociedade contra o Tráfico, através de seu veículo de comunicação, afirmou-se como entidade vigilante do cumprimento desta Lei, combatendo o tráfico ilegal de escravos através de suas publicações e apresentando propostas para a colonização do país e civilização dos indígenas. No processo pelo fim do comércio negro, como observa o historiador Ilmar Mattos,

[...] não só a ação inglesa fora elemento fundamental para o fim do tráfico, mas também as pressões dentro do próprio Império do Brasil, pela necessidade política de se conduzir habilmente a questão da segurança interna, gerada pelo medo das insurreições escravas. (MATTOS, 2004, p. 210-2019).

Ou seja, a proibição do tráfico estava associada à questão da própria soberania nacional; soberania esta tanto interna, através da manutenção da ordem, quanto externa, por meio do enquadramento da Nação aos preceitos civilizatórios que na época emanavam da Europa.

Não obstante um potencial levante da população negra contra a ordem do império, a escravidão era notada pela elite como um empecilho ao desenvolvimento. Conforme o periódico, “[...] esse mal afeta todos os interesses nacionais, - que acanha a nossa nascente indústria, paralisando o sistema de colonização – que dificulta todos os meios para o progresso tanto das luzes como de todos os demais ramos do país.” (O PHILANTROPO, n. 73, 23 ago. 1850, p. 02). O sistema escravocrata era então associado ao passado colonial, devendo ser suplantado pela introdução de uma mão-de-obra livre e comprometida com o desenvolvimento do país.

O Sistema de medidas adotáveis para a progressiva e total extinção do tráfico, e da escravatura no Brasil, confeccionado pela Sociedade Contra o Tráfico em 1852 e entregue ao Governo Imperial, apesar de não obter êxito imediato e ser dispensado, apresenta em seu conteúdo pertinentes possibilidades acerca da passagem do sistema de trabalho escravo ao de trabalhadores livres. A extinção do sistema escravocrata, segundo o Sistema de Medidas, deveria atender ao seguinte ordenamento:

Quem quiser seriamente a extinção da escravatura no Brasil, deverá começar por coibir o tráfico de africanos, e por fazer impossível a importação de novos escravos, e depois em seguida prover de braços livres não só a diminuição progressiva dos cativos existentes no país, que forem morrendo, como também as necessidades sempre crescentes da agricultura, e da indústria; e este fim, ultimamente mencionado, só se poderá conseguir, promovendo a colonização, ou importação de trabalhadores livres estrangeiros, e a civilização dos indígenas. (SYSTHEMA DE MEDIDAS ADOPTAVEIS PARA A PROGRESSIVA E TOTAL EXTINCÇÃO DO TRAFICO, E DA ESCRAVATURA NO BRASIL, 1852. p. 04).

Com base nestas propostas, percebe-se a ligação entre o fim da escravidão e a necessidade de mão de obra. Afinal, como anteviu o jornal, “da extinção do Tráfico virá necessariamente a geral introdução de braços livres na lavoura, e com ela o emprego das máquinas, e instrumentos agrônômicos, tão essenciais para nos suprirem a falta da escravatura.” (O PHILANTROPO, n. 137, 11 jun. 1852, p. 04). Deste modo, muito ou quase todo o conteúdo do periódico foi transpassado pela questão do fim do tráfico e os meios para executar a passagem de um regime de trabalho escravo para um regime de mão-de-obra livre.

A questão racial

Os debates sobre a raça e a formação do povo brasileiro também representavam uma discussão pertinente no período. O termo raça presente n’O *Philantropo* apresentava uma concepção pessimista no que concerne aos povos não-europeus, corroborada por determinados estudos das ciências da época. (KODAMA, 2008, p. 423). Segundo o jornal, “o cruzamento das raças é uma anomalia orgânica da humanidade. Não é raro que sintamos, nos povos compostos de diversas raças, uma perturbação social, indisposições individuais, e dissensões intestinais.” (O PHILANTROPO, n. 09, 01 jun. 1849, p. 02). Para os editores do jornal, a questão racial servia para explicar o atraso da civilização brasileira de modo geral, relegando ao elemento africano a causa pela degeneração dos costumes:

Quando em um país existem diferentes raças, que se distinguem facilmente, é necessário muita civilização, muita ilustração para que o espírito de nacionalidade se possa fazer sentir de uma maneira respeitável e honrosa, de tal sorte que possa impor aos outros povos o respeito, que convém a sua manutenção, e sua prosperidade. [...] É conseqüentemente que uma semelhante importação de bárbaros necessariamente altera os costumes, e influi na pureza da religião do país. (O PHILANTROPO, n. 76, 13 det. 1850, p. 02).

Nestas discussões teóricas de cunho racial, importa-nos destacar que os agentes envolvidos nestas questões provinham das elites, compostas de homens brancos em sua grande maioria. Assim, considerando ou inventando seu grupo como padrão da espécie humana, a elite apropriava-se do autoconceito e da autoestima de ser branco para legitimar sua supremacia política, econômica e social. (BENTO, 2002, p. 01). Para muitos no período, e notadamente nas publicações d’O *Philantropo*, a miscigenação gerou no Brasil um povo vadio, fraco e doente,

sendo que desta composição de “sub-raças” – principalmente a africana, vista como inferior - não poderia haver êxito na construção da Nação. À época, o periódico colocou em debate a variedade dos povos que comporiam a desejada massa de imigrantes, afinal, conforme os argumentos da elite, a formação da nacionalidade brasileira deveria ser de tal sorte que:

A colonização seja formada de vários povos, porque assim não podendo os costumes, os prejuízos mesmo de nenhum dos povos que a compuserem triunfar; triunfaria sempre os nossos costumes, que serão aperfeiçoados pelos deles; nossa nacionalidade triunfará, porque a nacionalidade de cada um deles não poderá triunfar, e assim a confusão das diferentes raças se operará com facilidade, como se tem operado nos Estados Unidos da América. (O PHILANTROPO, n. 77, 20 set. 1850, p. 01).

Nacionalismo, civilização e imigração

Atrelando-se ao aspecto racial e ao trabalho livre planejado para a Nação, o interesse explícito pela formação da nacionalidade constituiu um tema amplamente divulgado pelo periódico. A força do Estado, segundo *O Philantropo*, dependeria de sua população livre envolvida com o patriotismo, sendo inegável que “[...] com a escravidão não se pode conseguir isso; a colonização de homens livres, interessados pelo solo a que estão ligados, dará força e poder ao governo.” (O PHILANTROPO, n. 77, 20 set. 1850, p. 01). O contingente negro era objetivo tanto das ações das ciências como de políticos e intelectuais, tendo estes a expectativa de que o Brasil, através do cruzamento de raças, poderia se tornar um país de população branca. Como notou a psicóloga social Maria Aparecida Silva Bento,

Não só os zelosos médicos e psiquiatras estavam preocupados com o confinamento dos considerados “fora da norma”, mas também os deputados das assembleias legislativas de todo o país apresentavam ousadas propostas de imigração massiva de europeus, objetivando uma miscigenação que levaria à assimilação e ao desaparecimento do negro. (BENTO, 2002, p. 11).

Um aspecto notável no que diz respeito à imigração e a colonização pretendidas no período era a orientação dispensada para garantir a nacionalidade brasileira, no sentido que os imigrantes melhorassem esta, sem, no entanto, suprimi-la. Em meados do século XIX, a proposta d’*O Philantropo* ligava-se ao interesse corrente na época, sugerindo aos dirigentes políticos de então que “[...] entretenham-se com fiel amizade as relações internacionais com os povos do centro da Europa, para aquisição de braços industriais, livres e moralizados! É este o caminho do bem!” (O PHILANTROPO, n. 02, 13 abr. 1849, p. 02). Desta maneira, de acordo com a historiadora Maria Teresa Petrone, o imigrante europeu foi notado como:

[...] o agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os da população existentes, esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado. (PETRONE In IOTTI, 2001, p. 14).

Segundo o pensamento de uma grande parcela da elite brasileira, reproduzido no jornal, se no Brasil do século XIX o ex-escravo – devido a sua suposta incapacidade mental e despreparo

profissional – não poderia executar os trabalhos livres, tornou-se necessária a vinda de mão-de-obra estrangeira, devido ao seu suposto enquadramento no sistema de produção capitalista. (AZEVEDO, 1987, p. 25). *O Philantropo* dispensou grande importância ao tema da colonização, alegando os benefícios da vinda de imigrantes europeus, bem como incitando o Governo para tal ação colonizatória:

A colonização do Brasil é portanto mais útil aos europeus, que a de qualquer outro país. Esta verdade há de mister ser conhecida dos povos para que produza os frutos que precisamos. Faremos quanto em nós couber para empregá-la; restará ao Governo transmitir nossas palavras além dos mares, ou trabalhar no mesmo fim empregando os imensos recursos de que dispõem. (O PHILANTROPO, n. 01, 06 abr. 1849, p. 03).

Não só a necessidade de mão-de-obra era pensada neste período, mas a própria questão da formação da Nação brasileira, que carecia, segundo as discussões promovidas pela Sociedade contra o Tráfico, de algo que os negros não podiam proporcionar ao país: a civilidade. O imigrante europeu era associado ao progresso, em detrimento ao arcaico sistema escravocrata de então; “neste sentido, a presença do homem branco europeu era um importante veículo para que o Império do Brasil se inserisse no conjunto das Nações civilizadas”. (JANKE, 2009, p. 132). No tocante à colonização, o historiador Paulo Pinheiro Machado observa que:

A colonização imperial [...] deve ser compreendida dentro do contexto de modernização conservadora da sociedade brasileira, com o controle exercido pelas elites governantes sobre o prolongado processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre, durante a segunda metade do século XIX. (MACHADO, 1999, p. 125).

O jornal atribuía a “falta de civilização e ilustração” do país ao sistema escravocrata, associando o negro aos atrasos da indústria e da agricultura, e também, culpando a escravidão pelo mau êxito das colonizações no Brasil. Os princípios humanitários sugeridos pelo periódico reforçam o ideal de uma Nação homogênea, propondo:

[...] o estabelecimento da agricultura e da indústria, praticadas por braços livres e inteligentes; a extinção da escravidão e reparação dos males que ela tem produzido; e a moralização das raças, e a sua separação a fim de estabelecer a homogeneidade das massas populares. (O PHILANTROPO, n. 09, 01 jun. 1849, p. 02).

O Philantropo defendia a colonização como uma maneira de suprir a falta de trabalhadores devido ao fim do tráfico de escravos, e, ainda, como forma de manejar as populações não enquadradas no sistema produtivo do Império. A intenção de aproveitar os “ociosos” e obter mão-de-obra alhures através de um sistema regular, constitui uma parte do pensamento contido no periódico que expressava as propostas da Sociedade contra o Tráfico:

As colonizações internas se promoverão por meio de um sistema regulamentar que reúna os vagabundos e desafortunados de nossas cidades em campos bem distribuídos, sob as vistas de diretores enérgicos e ilustrados. E as externas por meio de publicações nossas, em diversas línguas,

espalhadas naqueles países de que precisamos colonos, cheias de verdade e de notícias de nossas coisas; assim como garantias prometidas e realizadas. Sem um sistema regular não teremos colônias que progridam. (O PHILANTROPO, n. 02, 13 abr. 1849, p. 01).

O periódico apresentou uma propaganda para atrair imigrantes e ao mesmo tempo uma autoimagem nacional que destacava a salubridade do clima do país, exaltando a natureza abundante e apontando que os meios de subsistências eram fáceis em terras brasileiras. (KODAMA, 2007, p. 05). Porém, na época, havia o preconceito generalizado contra o clima tropical, que era encarado com desconfiança por supostamente favorecer doenças. (COSTA, 1982, p. 61); e a despeito desta exaltação nacional, como aponta o contemporâneo do periódico Francisco Adolf de Varnhagen, “o trabalhador europeu não se atreve sem vexame a pegar na enxada ao lado de um escravo.” (VARNHAGEN Apud JANKE, 2009, p. 109). A escravidão era, então, observada como empecilho ao desenvolvimento das ações de imigração e colonização. As propostas a favor da colonização n’*O Philantropo* eram, muitas vezes, acompanhadas por apelos que objetivavam o convencimento contra a escravidão:

E não é mais honesto, mas religioso e mais conforme a vossa dignidade de homem ilustrado e civilizado que sejais servidos por um vosso semelhante virtuoso e que vos ama como a um bem feitor, em lugar de um escravo infame que vos aborrece sempre, porque vos considera seu opressor? (O PHILANTROPO, n. 02, 13 abr. 1849, p. 3).

As discussões que se detinham ao “problema do negro na sociedade”, atrelavam-se à questão da imigração. Mais tarde, no decorrer da segunda metade do século XIX, como observa a historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo:

As ações políticas de imigrantistas e abolicionistas acabaram por se complementar; os primeiros substituindo negros por brancos em atividades rurais e urbanos (ao menos, as mais valorizadas socialmente e melhor remuneradas), e os segundos contribuindo para concretizar em parte as antigas proposições emancipacionistas de controle social e sujeição do negro livre aos interesses do grande proprietário. (AZEVEDO, 1987, p. 257).

É válido destacar também que, apesar das publicações d’*O Philantropo* valorizarem projetos voltados à imigração e colonização, a população do período não compartilhava totalmente deste pensamento. Após a proibição do tráfico, em 1850, as primeiras experiências baseadas no sistema de parceria fracassaram, de tal modo que os atritos entre colonos e fazendeiros repercutiram mal no Brasil e no exterior. (DAVATZ, 1951). Estes eventos envolvendo imigrantes geraram um clima desfavorável para a emigração proveniente da Europa; e mais: contribuíam para reforçar o argumento de que só poderia haver grande lavoura com o trabalho escravo. Porém, a despeito dos argumentos não favoráveis à imigração, *O Philantropo* sintetizou uma ideia presente no período: a imigração ligada ao progresso e a formação nacional.

O raciocínio contido no periódico, baseado nos princípios e proposições levantadas pela Sociedade contra o Tráfico, foram, em essência, similares às bases das medidas empenhadas pelo Governo Imperial com relação ao fim da escravidão. (KODAMA, 2008, p. 426).

A marginalização do negro versus a ascensão do imigrante

Com o desenvolvimento das ações em prol da colonização após o fim do tráfico, ocorreu a marginalização do negro e simultaneamente a ascensão social do imigrante europeu, que era visto supostamente como o portador das virtudes do trabalho, da disciplina e da responsabilidade. (AZEVEDO, 1987, p. 251). O elemento imigrante era compreendido pela elite imperial como o portador do desenvolvimento capitalista e alinhado ao progresso econômico da Nação, pois, como notou Celia de Azevedo,

A discussão em torno desta questão da irracionalidade *versus* racionalidade de dois sistemas – pré-capitalista e capitalista – é de suma importância, porque se a aceitamos assim como tem sido tradicionalmente colocada, justificamos a política de imigração europeia, sem quaisquer questionamentos a respeito de uma possível mentalidade racista e segregacionista a norteá-la. (AZEVEDO, 1987, p. 26).

A vontade de inserção do país no sistema moderno de produção, em detrimento do sistema escravocrata, implicava também em planos para a formação nacional com viés racista. Na segunda metade do século XIX, envolvida por interesses econômicos e pela questão racial, a política imperial dispensou grandes ações pela imigração e colonização:

Esse medo do negro que compunha o contingente populacional majoritário no país gerou uma política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos. (BENTO, 2002, p. 7).

Os debates pelo fim do tráfico, e progressivamente pela extinção do sistema escravista, associado à imigração e à colonização, produziu no imaginário nacional um antagonismo entre os imigrantes europeus e os africanos e seus descendentes. No pensamento da elite, o negro estava diretamente ligado ao atraso da Nação e aos costumes degenerados da população, representando negativamente o homem brasileiro. “Representações que, construídas ideologicamente, ganharam foro de ‘verdade científica’ e de ‘mito’, cristalizando-se no imaginário brasileiro e internalizando-se no próprio povo.” (REIS, 2008, p. 7). Na questão da formação de um povo brasileiro, almejando a construção de uma Nação homogênea, *O Philantropo* tomou em seus debates a raça como importante fator na constituição da identidade nacional, o que, reproduzindo parte do imaginário do período, relegou aos negros depreciação e preconceito. No tocante ao viés racista adotado no planejamento imperial, a historiadora Kaori Kodama aponta que:

Na defesa de um projeto que visava no futuro o fim da instituição escravista, ficava explícito que o “caráter nacional” deveria implicar na afirmação de algo mais: a própria formação do povo brasileiro. [...] O que certamente não se pressentia nessa opção, eram os próprios riscos do enveredamento racial para o problema da nação. (KODAMA, 2007, p. 9).

Conclusão

Ao discutir os problemas relacionados à escravidão, o periódico forneceu notáveis debates e propostas ligadas a imigração, colonização, civilização dos indígenas e demais discussões acerca do Império. Funcionando como um retrato de sua época, *O Philantropo* continha em suas publicações a preocupação com a formação e o progresso nacional, sendo estas, na visão do jornal da Sociedade contra o Tráfico, dependentes de um plano de imigração europeia supostamente capaz de trazer o desenvolvimento ao país. Porém, a associação negativa do negro ao trabalho – representando o sistema arcaico -, e o destaque dado ao imigrante como bom trabalhador – representando o progresso -, convergiram em uma imagem estereotipada para ambos os lados.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a ideia de Nação planejada pelas elites foi permeada pela questão das raças, idealizadas de forma homogênea, sendo o elemento branco pensado como o padrão para a população almejada. Os debates e as ações pelo fim do tráfico e da escravidão, bem como os planejamentos pela imigração e colonização, produziram um infundado imaginário onde o negro foi deslocado do sistema social ao mesmo tempo em que o imigrante branco foi colocado socialmente como importante agente do trabalho e do progresso do país. Pensar a constituição da nacionalidade brasileira, entre debates e ações ocorridos no século XIX, nos ajuda a compreender as origens históricas e problematizar os desdobramentos atuais da questão racial no Brasil.

Referências

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a colônia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Livraria Martins, 1951.
IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: Legislação de 1747 – 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JANKE, Leandro Macedo. *Lembrar para mudar: o memorial orgânico de Varnhagen e a constituição do império do Brasil como uma nação compacta*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

KODAMA, Kaori. *O periódico O Philantropo e o debate racial na década de 1850*. Anais do

III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/kaori.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2019.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849 – 1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n. 56, p. 407-430, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Paulo: Hucitec, 2004.

O PHILANTROPO. Periodico Humanitario, Scientifico e Litterario. Números: 01, 02, 03, 04, 05, 09, 73, 75, 76, 77, 80 e 137. Rio de Janeiro (RJ), anos 1849, 1850, 1851 e 1852. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

REIS, Carlos Antônio dos. *A caminho do progresso: raça e identidade nacional no Brasil*. II Fórum de Estudos Multidisciplinares. Centro Universitário de Franca, 2008. Disponível em <<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Carlos%20Antonio.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1974.

SYSTEMA DE MEDIDAS ADOPTAVEIS PARA A PROGRESSIVA E TOTAL EXTINCCÃO DO TRAFICO, E DA ESCRAVATURA NO BRASIL. Confeccionado e aprovado pela Sociedade contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização, e da Civilização dos Indigenas. Typographia do Philanthropo, rua D'Assembléia n.º 30. Rio de Janeiro, 1852.

Artigo submetido em: 28/10/2021

Aprovado em: 13/12/2021